

REFLEXÕES PARA O APRIMORAMENTO DAS RELAÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS NO CONE SUL-AMERICANO

Por ROBERTO CARVALHO DE MEDEIROS

Ao ler a recente entrevista da notável professora MÔNICA HIRST, publicada no periódico “Estado de S. Paulo” (*Estadão*), entendo ser oportuno assinalar alguns pontos pertinentes sobre a relação político-estratégica entre os países membros do MERCOSUL, particularmente no campo da política marítima entre o Brasil e a Argentina, com destaque na política naval.

MÔNICA afirma, com propriedade, que agentes não governamentais brasileiros e argentinos têm promovido uma crescente evolução nas relações bilaterais entre os dois países, “à revelia dos dois governos” (sic).

Por pertinência introduzo uma vertente nesse debate, pouco comentada e divulgada na realidade, na expectativa de contribuir para o seu aprimoramento. Trata-se da política marítima brasileira no segmento do Poder Naval, desempenhada no país pela Marinha do Brasil (MB) e na Argentina pela Armada da República da Argentina (ARA).

Há vários anos atrás, na vanguarda do MERCOSUL, a MB e a ARA empreenderam medidas de confiança mútua (MCM) entre seus Comandos Superiores, no sentido de promover instrumentos oficiais no campo político-militar e militar-estratégico em apoio às ações diplomáticas desenvolvidas por cada país nas suas relações bilaterais. Essas MCM foram paulatinamente estabelecidas ano após ano entre as duas nações, em consonância com os principais princípios da Carta da ONU e em harmonia com os conceitos firmados na concepção da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS).

Essas medidas foram tão felizes na sua concepção e emprego que conduziram para o estreitamento não só nas relações institucionais, mas, sobretudo, nas relações políticas estratégicas e até mesmo comerciais entre os dois principais membros natos do MERCOSUL. Tanto no Brasil como na Argentina uma série de encontros foram realizados sucessivamente com a finalidade de planejamento de operações conjuntas no mar e em terra entre suas marinhas.

Tais exercícios se desenvolveram com sucesso desde sua primeira operação e se aprimoraram significativamente até hoje, com ganhos técnicos, táticos, psicossociais e, especialmente, nas relações interpessoais entre militares, funcionários civis e as próprias instituições dos dois países.

Diante da evolução dos entendimentos mantidos em cada evento, em decorrência dos estágios interdisciplinares, cursos e comissões permanentes de seu pessoal (técnicos e familiares) que vieram a residir e conviver anos após anos nas capitais dos dois países e nas principais cidades onde suas marinhas sediam bases navais de maior expressão, tais como o Rio de Janeiro aqui no Brasil e *Puerto Belgrano* lá na Argentina, os interesses foram se expandindo paulatinamente para além daqueles originalmente concebidos.

Paralelamente às atividades mencionadas, foram desenvolvidas ações político-estratégicas no aperfeiçoamento do Poder Marítimo regional, aí incluindo um melhor acompanhamento de suas marinhas mercantes (navios no mar e nos rios). Esse acompanhamento incluiu (e ainda ocorre) a formação, treinamento e aperfeiçoamento de marítimos (profissionais embarcados em navios e/ou ilhas artificiais - plataformas) em centros especializados nos dois países, cursos que levam de algumas semanas até mesmo quatro anos de duração, ou seja, promovem também uma integração salutar entre empresas públicas e privadas, funcionários e seus familiares nos dois países.

Essas ações foram tão intensificadas e bem empregadas que sua contribuição extrapolou o campo de atuação regular nas atividades portuárias de carga, descarga e no seu transporte nas linhas de longo curso internacionais, sob a tutela da agência da ONU responsável pelas normas e diretrizes mundiais que regulam o tráfego comercial marítimo, a International Maritime Organization (IMO), atingindo áreas de abrangência muito maior que a planejada, tanto no campo tecnológico como na cultura, meio ambiente e, sobretudo, comercial. Vale lembrar que a Secretaria brasileira na IMO é chefiada por um almirante da MB desde final dos anos 90, com resultados também marcantes para os interesses nacionais nesse segmento.

Entendo que os interesses brasileiros, juntamente com os dos argentinos, uruguaios e paraguaios, são hoje melhor tratados e negociados no MERCOSUL e perante outros organismos multilaterais internacionais, graças à contribuição efetiva do Poder Militar brasileiro, particularmente ao Marítimo. Com a Argentina, essa relação foi e continua sendo profícua e confiável, apesar da existência de poucos sinais pontuais em desarmonia com os demais, que podem ocorrer periodicamente dentro dos diferentes governos de ambos países, mas que não chegam a afetar o propósito maior de cooperação mútua, graças, também, às MCM desenvolvidas há anos atrás.

O Brasil depende estrategicamente do mar. Além do setor energético e pesqueiro, destaca-se a condução da política brasileira para comércio exterior, haja vista o país transportar mais de 95% de suas trocas comerciais por via marítima. Os valores de frete e seguros são cada vez mais significativos, em face, principalmente, do trinômio “*risco x tempo x distância*” para cada tipo de conjunto de produtos a transportar.

Esta reflexão é tão somente para provocar uma agenda de debates sobre esse pouco comentado segmento do Poder Nacional brasileiro que, a cada dia, mais atua, em prol dos interesses maiores do país rumo a uma liderança legítima regional perante os principais blocos internacionais regionais, com maior competência, independência e em perfeita sintonia com a diplomacia e empreendimentos públicos e privados nacionais, muitas das vezes em apoio direto aos seus projetos e anseios.

ROBERTO CARVALHO DE MEDEIROS
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Refº) da Marinha do Brasil.
rmed@terra.com.br